

CONTRATO DE TRABALHO: NOÇÕES BÁSICAS

Autor: João Leal Amado

ÍNDICE	
NOTA PRÉVIA	7
ABREVIATURAS	9
§ 1º DIREITO DO TRABALHO: O QUÊ, PORQUÊ E PARA QUÊ?	11
§ 2º NOÇÃO, OBJETO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO	25
§ 3º FONTES DO DIREITO DO TRABALHO (BREVE REFERÊNCIA)	31
3.1. Fontes específicas: a convenção coletiva de trabalho	31
3.2. A Organização Internacional do Trabalho e a União Europeia	33
3.3. A Constituição da República	35
§ 4º CONTRATO DE TRABALHO: NOÇÃO E ELEMENTOS ESSENCIAIS	41
§ 5º ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO	47
5.1. Contrato sinalagmático e oneroso	47
5.2. Contrato patrimonial e obrigacional	48
5.3. Contrato de adesão	48
5.4. Contrato duradouro	48
5.5. Contrato <i>intuitu personae</i> ?	49
§ 6º CONTRATO DE TRABALHO VERSUS CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	51
6.1. Os arts. 1152º e 1154º do CCivil	51
6.2. Contrato de trabalho, Direito do Trabalho, reação patronal	53
6.3. O <i>nomen iuris</i> e o «princípio da primazia da realidade»	55
6.4. A qualificação contratual e a prova	56
6.4.1. Situação anterior ao CT de 2003	57
6.4.2. O art. 12º do CT de 2003 (redação originária)	58
6.4.3. A ulterior redação do art. 12º do CT de 2003	59
6.4.4. O art, 12º do atual CT	60
§ 7º MODALIDADES DE CONTRATO DE TRABALHO: OS MÚLTIPLOS DESVIOS AO MODELO TÍPICO	65
7.1. O contrato de trabalho a prazo ou a termo	67
7.1.1. Liberdade contratual versus segurança no emprego	67
7.1.2. Termo resolutivo: requisitos materiais e requisitos formais	69
A) Requisitos materiais	70
B) Requisitos formais	73
7.1.3. Termo certo	75
7.1.4. Termo incerto	84
7.1.5. Condição resolutiva	88
7.1.5.1. O problema	89
7.1.5.2. De 1976 a 1989	91
7.1.5.3. De 1989 a 2003	92
7.1.5.4. O CT de 2003	92
A) O art.127º do Código face ao art. 9º da LCT	95
B) O art.145º do Código face ao art. 51º da LCCT	96
7.1.5.5. Nota conclusiva: o atual CT	97
7.2. O trabalho temporário	98
A) <i>Cedência ocasional de trabalhador</i>	101
7.3. O trabalho a tempo parcial	103
7.4. O trabalho intermitente	107
7.4.1. Noção. O <i>genus</i> e as espécies	107

7.4.2. Trabalho intermitente e trabalho a tempo parcial	108
7.4.3. Requisitos de admissibilidade	109
7.4.4. Forma e conteúdo	109
7.4.5. Direitos e deveres do trabalhador intermitente	111
7.4.6. Contrato de trabalho intermitente <i>versus</i> contrato a termo	112
7.4.7. Intermitente: o contrato e o trabalho	114
7.5. A comissão de serviço	116
7.6. O tele trabalho	120
A) <i>Teletrabalho versus trabalho no domicílio</i>	124
§ 8º A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	129
8.1. Capacidade das partes: o trabalho de menores	129
8.2. Idoneidade do objeto	134
§ 9º PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO	139
9.1. A promessa de contrato de trabalho	139
9.2. Princípio da liberdade e princípio da igualdade no acesso ao emprego	141
9.3. Fase pré-contratual e «direito à mentira»	143
§ 10º FORMALISMO NEGOCIAL: O PRINCÍPIO DA CONSENSUALIDADE E AS SUAS EXCEÇÕES	147
§ 11º A INVALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO	151
11.1. Invalidade parcial	151
11.2. Invalidade total	153
§ 12º O PERÍODO EXPERIMENTAL	155
12.1. Regime jurídico	155
12.2. O período experimental e o art. 53º da CRP	158
§ 13º O EMPREGADOR E A EMPRESA	163
13.1. Empresa e Direito do Trabalho	163
13.2. Transmissão da empresa e contrato de trabalho	165
13.2.1. Sub-rogação legal do adquirente	165
13.2.2. Direito de oposição do trabalhador?	166
13.3. A dimensão da empresa e o Direito do Trabalho	168
13.3.1. Principais projeções regimentais da classificação tipológica das empresas laborais	170
13.3.2. Balanço e perspetivas: o processo de «dimensionamento» do Direito do Trabalho no contexto da flexibilização das leis laborais	173
13.3.3. O dilema dimensional	174
§ 14º OS PODERES PATRONAIS E OS DIREITOS DO TRABALHADOR ENQUANTO PESSOA E CIDADÃO	177
14.1. Os poderes do empregador	177
14.2. A força de trabalho e a pessoa do trabalhador	183
14.2.1. Os direitos laborais inespecíficos (direitos de personalidade)	183
14.2.2. O assédio no trabalho	187
§ 15º O QUID DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: FAZER O QUÊ?	193
15.1. O objeto da prestação de trabalho: a categoria profissional e as funções desempenhadas pelo trabalhador	193
15.2. A mobilidade funcional	195
§ 16º O LUGAR DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: TRABALHAR ONDE?	199
16.1. O relevo do local de trabalho	199
16.2. A noção de local de trabalho	201
16.3. A garantia da inamovibilidade do trabalhador	202
16.4. As possibilidades de transferência unilateral à luz do CT	203
16.5. As transferências autorizadas pelo contrato: as «cláusulas de mobilidade geográfica»	206
16.6. A transferência como direito do trabalhador	210

§ 17º O TEMPO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: TRABALHAR QUANTO E QUANDO?	215
17.1. Tempo de trabalho e tempo de repouso	215
17.2. Período normal de trabalho e flexibilidade do tempo de trabalho: adaptabilidade e banco de horas	217
17.3. Horário de trabalho, descanso semanal e isenção de horário	220
17.4. Trabalho por turnos, trabalho noturno e trabalho suplementar	223
17.5. Feriados
§ 18º O DIREITO AO REPOUSO E AO LAZER: O REGIME JURÍDICO DAS FÉRIAS	231
18.1. A duração das férias	231
18.2. Retribuição durante as férias	233
18.3. A estrutura complexa do direito a férias e a cessação do contrato	235
18.4. A marcação das férias	236
18.5. O ano da contratação	238
18.6. A tutela do direito a férias	239
§ 19º O DEVER DE ASSIDUIDADE E O REGIME JURÍDICO DAS FALTAS	241
§ 20º TRABALHAR A TROCO DE QUÊ? A RETRIBUIÇÃO	245
20.1. Noção e estrutura da retribuição	245
20.2. Qualificação	247
20.3. Modalidades	250
20.4. Prestações complementares ou acessórias: a base de cálculo	251
20.5. Determinação do valor da retribuição	254
20.6. Cumprimento da obrigação retributiva	259
20.6.1. Forma e prova do cumprimento	259
20.6.2. Lugar e tempo do cumprimento	261
20.7. A especial tutela da retribuição	263
20.7.1. Compensação da obrigação retributiva	263
20.7.2. Cessão do crédito retributivo	268
20.7.3. Prescrição dos créditos laborais	272
20.7.3.1. A prescrição de créditos	272
20.7.3.2. A ratio do art. 337º, nº 1, do CT	273
20.7.3.3. A crítica ao art. 337º, nº 1, do CT	275
20.7.4. Privilégios creditórios	277
20.7.5. Fundo de garantia salarial	278
§ 21º A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O VÍNCULO RELAXADO	279
21.1. Noção, fundamento e efeitos gerais da suspensão	279
21.2. Suspensão individual, por facto respeitante ao trabalhador	281
21.3. Suspensão coletiva, por facto respeitante ao empregador	285
21.3.1. Situações de crise empresarial	285
21.3.2. Encerramento temporário do estabelecimento	287
21.4. Suspensão consensual, por mútuo acordo	288
21.5. Suspensão por decisão do trabalhador	289
§ 22º A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O VÍNCULO DISSOLVIDO	293
22.1. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho	293
22.2. Formas de cessação do contrato de trabalho	296
22.3. Extinção por caducidade	298
22.4. Extinção por mútuo acordo (revogação)	305
22.4.1. A cessação por acordo	305
22.4.2. A exigência de forma escrita	306
22.4.3. A compensação pecuniária global	307
22.4.4. A cessação do acordo de revogação	309

22.5. Extinção por despedimento com justa causa	312
22.5.1. Noção de justa causa de despedimento	312
22.5.2. Os deveres do trabalhador	313
22.5.3. As condutas extra-laborais do trabalhador: candidatas positivas a constituir justa causa de despedimento? ..	318
22.5.4. O procedimento disciplinar	320
22.6. Causas objetivas de despedimento	325
22.6.1. Despedimento coletivo	326
22.6.2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	331
22.6.3. Despedimento por inadaptação	332
22.7. Meios de reação contra o despedimento	338
22.8. Ilícitude do despedimento: causas e efeitos da ilicitude	342
22.8.1. As causas de ilicitude do despedimento	342
22.8.2. Os efeitos da ilicitude do despedimento	345
22.8.2.1. A ilicitude/invalidade do despedimento	345
22.8.2.2. Os «salários intercalares»	348
22.8.2.3. A reintegração do trabalhador	355
22.8.2.4. A «indenização de antiguidade»	363
22.8.2.5. O despedimento irregular	367
22.8.2.6. Despedimento ilícito e contrato a termo	370
22.9. Extinção por iniciativa do trabalhador (demissão)	372
22.9.1. Demissão com aviso prévio (denúncia)	372
22.9.1.1. O princípio da livre demissão	372
22.9.1.2. A revogação da denúncia	377
22.9.2. Demissão com justa causa (resolução)	381
22.9.2.1. A noção de justa causa	381
22.9.2.2. Procedimento para resolução do contrato	384
22.9.2.3. Indemnização devida ao trabalhador	386
22.9.2.4. Indemnização a pagar pelo trabalhador	387
22.9.3. O abandono do trabalho	389